

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1- DO OBJETO**

1.1. Aquisição de **Equipamentos Médicos para atender às necessidades do Melhor Em Casa**, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Subsecretaria de Atenção Básica

1.3. **Fundamentação Legal:** Decreto Federal 10.024/19, Decreto Municipal 599/2020 – Pregão Eletrônico, Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006.

1.4. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

**2- DO QUANTITATIVO**

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
1	<b>CADEIRA DE RODAS PARA OBESO</b> - Cadeira de rodas com capacidade de 130 kg a 159 kg; Braços escamoteável; Pés removível.	Unid.	2
2	<b>CADEIRA DE BANHO/ HIGIÊNICA</b> - Cadeira de banho/ Higiênica com apoio do braço e apoio pés; Material de confecção: aço/ ferro pintado; Estrutura fixa; Capacidade de até 100 kg; com coletor	Unid.	2
3	<b>DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO</b> - Acessório(s): 1par de eletrodo; Possui Tela de ECG Operação com apenas um botão; Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e impedindo o uso acidental; Mínimo de até 250 choques (200 Joules, carga plena, bateria em boas condições); Orientação por voz e por indicadores luminosos; Utilização horizontal ou vertical; Gravação de eventos para posterior análise; Conexão com PC via USB; Choque Bifásico; Auto- diagnóstico de funções e bateria; Software de conexão, download e gerenciamento de dados via PC; Acesso fácil às pás para uso.	Unid.	2
4	<b>BALDE A PEDAL / LIXEIRA</b> - Material de confecção aço inoxidável; capacidade de 30 a 49 litros.	Unid.	3

5	<b>ANDADOR</b> - Material de confecção: alumínio	<b>Unid.</b>	3
6	<b>AQUECEDOR PORTÁTIL DE AMBIENTE</b> - Aquecedor portátil de ambiente com potência de 1500 a 2000 WATTS	<b>Unid.</b>	3
7	<b>ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL</b> - Aspirador para utilização médica, odontológica , laboratorial, com mecanismo totalmente isento de óleo e baixo nível de ruído. Alça para transporte; Tampa do frasco removível, com válvula de segurança antitransbordamento; Frasco termoplástico /vidro com capacidade de 6 a 10 litros; Fluxo de aspiração- de 31 a 49 LPM; Motor de alta durabilidade ideal para utilização em hospitais, clínicas e consultórios; Pedal para acionamento contínuo/intermitente; Sistema eletrônico com alarme e desligamento automático para frasco cheio; Microfiltro bacteriológico;com carro suporte em pintura eletrostática e rodízios .	<b>Unid.</b>	5
8	<b>ADIPÔMETRO</b> - Adipômetro tipo analógico; tecnologia clínico; material de confecção: molas de metal.	<b>Unid.</b>	1
9	<b>ESFIGNOMANÔMETRO ADULTO</b> -esfignomanômetro aneróide, com escala de 0 à 300 mm Hg, braçadeira de nylon com fixação por velcro para uso adulto,manguito e tubo de borracha com bomba insufladora (pêra) e válvula para descarga de ar. Bolsa de nylon ou similar para guardar o aparelho, circunferência de braço recomendada para uso 18-35 cm.	<b>Unid.</b>	19
10	<b>BISTURI ELÉTRICO</b> - Potência de até 140-150 W; Função Bipolar; Alarmes.	<b>Unid.</b>	1
11	<b>ELETROCARDÍOGRAFO</b> - Acessórios: 1 cabo de ECG; Canais 12 canais; Operação direto no console; Possuir comunicação com computador; Impressão direta 12 canais.	<b>Unid.</b>	1
12	<b>BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL</b> - Modo de operação digital; Capacidade máxima de pesagem de no mínimo 200 KG; Material de confecção: estrutura de aço; Peso líquido da balança de no máximo 6 KG; Display integrado; Tara.	<b>Unid.</b>	2

2.2 . O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a Proposta de Aquisição de Equipamento Permanentes de nº. 11399.442000/1200-04, com recurso advindo de Emendas Parlamentares, conforme comprovado na documentação acostada nos autos.

### 3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de equipamentos médicos para o Melhor em Casa justifica-se pela essencialidade de tais itens para a continuidade dos atendimentos prestados pelo Programa Melhor em Casa .

3.3. A aquisição dos aparelhos aqui solicitados viabiliza o atendimento de forma mais eficaz aos quadros clínicos complexos e muitas vezes de alta gravidade, ampliando a capacidade de atendimento aos pacientes da rede pública de saúde.

3.4. Esta aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento de condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento da rede pública de saúde.

#### 4- DO FORNECIMENTO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

4.1. A Contratada deverá atender a todas as ordens de fornecimento expedidas pelas Unidades

4.2. Os itens deverão ser entregues em parcela única, com prazo não superior a 45 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual, se for o caso.

4.3. A entrega deverá ser realizada na sala do Melhor em Casa, localizada na Av. Alberto Braune, nº 224 – 2º Andar, no horário de 09 h às 17h.

4.4. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.5. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 05 dias úteis, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

4.6. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável.

4.7. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

4.8. Caso os equipamentos médicos-hospitalares cotados sejam dispensados do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.

4.9. No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

4.9.1. Manual de operação;

4.9.2. Manual de serviços;

4.9.3. Esquemas eletrônicos;

4.9.4. Procedimentos de calibração;

4.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;

4.9.6. Certificado de garantia;

## 5- BOAS PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

5.1. O presente Termo de Referência foi confeccionado com base na legislação vigente e no Manual de Boas Práticas de Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, elaborado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

## 6- CONDIÇÕES GERAIS

6.1. A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamentos médico-hospitalares.

6.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

6.2.1. Ter assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante no Estado do Rio de Janeiro.

6.2.2. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.

6.2.3. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

6.2.4. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

6.2.5. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

6.2.6. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

6.2.7. Os equipamentos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

6.2.8. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

6.2.9. A entrega, o transporte, a descarga dos equipamentos serão por conta da empresa contratada.

6.2.10. Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção corretiva do equipamento que apresentar defeito de fabricação, durante a vigência da garantia mínima de 12 meses.

6.2.11. Ademais, a Contratada deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

6.2.12. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6.3. A Contratada deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

6.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220v/bivolt.

## 7 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Para o procedimento de entrega dos equipamentos, é indispensável a presença da Contratada ou seu representante, devida e comprovadamente autorizado.

7.2. Os bens serão recebidos:

7.2.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.2.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas e após a comprovação de funcionamento do equipamento.

7.3. Tanto o recebimento provisório, quanto o recebimento definitivo, deverão ser instrumentalizados em documentos específicos.

7.4. Os fiscais designados no subitem 22.2 deverão, no momento da entrega, realizar uma inspeção visual dos equipamentos para assegurar que:

7.4.1. Os equipamentos correspondem àqueles especificados no presente Termo de Referência e nas propostas apresentadas.

7.4.2. Os equipamentos estão completos, com todos os acessórios e documentação técnicas especificadas no Termo de Referência e no edital.

7.4.3. Não existem partes dos equipamentos e seus acessórios danificados.

7.5. Verificada a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital e nas propostas, bem como aprovada a inspeção visual prevista no subitem 7.4.1 a 7.4.3, a equipe técnica emitirá o documento atestado o recebimento provisório.

7.6. Emitido o documento de recebimento provisório, a Contratada deverá realizar o uso dos equipamentos no prazo máximo de 05 dias úteis, para avaliar seu perfeito funcionamento.

7.7. Ao final deste período, os fiscais designados pela Contratante encaminhará relatório à Contratada e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.

7.8. Caso os equipamentos não estejam de acordo com as especificações propostas, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da data de recebimento do relatório mencionado no item 7.7 deste documento.

7.9. Aprovados os equipamentos, os fiscais designados pela Contratante emitirá o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.

7.10. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 dias úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 7.7.

7.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se no recebimento definitivo.

7.12. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, os fiscais, no prazo de 03 dias úteis, deverá comunicar o fato ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que providenciará os respectivos códigos de identificação, a fim de incluí-los no patrimônio e no sistema de gerência e manutenção da Contratante.

7.13. Ademais, caberá à equipe técnica, no mesmo prazo acima, comunicar ao gabinete desta Secretaria o aceite final dos equipamentos.

## 8- DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. Os fiscais responsáveis pelo recebimento e aceitação dos equipamentos, devem registrar em documento único apropriado, informações detalhadas sobre os equipamentos e todos os eventos do processo de seu recebimento e aceitação.

8.2. Os Fiscais deverão realizar a guarda e o controle de toda documentação referente ao recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos, incluindo a documentação técnica (manuais de operação e manuais de serviço) e atualizações efetuadas nesta documentação, devendo ainda divulgar na unidade Requisitante as informações nela contidas.

8.2.1. Indicar que os equipamentos foram submetidos a testes funcionais antes de serem utilizados em pacientes.



## 9- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

9.1. A Contratada deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.

9.2. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, dentro do prazo de garantia, sem ônus a Contratante.

9.3. A empresa Contratada deverá possuir equipe de assistência técnica ou representação técnica especializada no Estado do Rio de Janeiro, para a prestação de serviços de manutenção corretiva dos aparelhos que apresentarem defeitos de fabricação.

9.4. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.

## 10- DA AVALIAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

10.1. Fica facultado aos Fiscais exigir da empresa classificada pela licitação, a avaliação técnica dos equipamentos antes da adjudicação do vencedor da licitação, a fim de garantir sua qualidade.

10.2. O prazo para solicitação desta avaliação será de 03 dias úteis, contados da data da sessão pública do Pregão Eletrônico.

10.3. Os Fiscais comunicarão ao Pregoeiro se os equipamentos foram aprovados ou não. Caso não sejam aprovados, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

## 11- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

11.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

## 12- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos e em conformidade com a Emenda Parlamentar 11399.442000/1200-04;

12.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52.02

12.1.2. Elemento de Despesa – 33.90.30.08 (item 9)

12.1.3. Fonte de Recurso – 07 – SUS

12.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

12.2.1. Subsecretaria de Atenção Básica: 30001.10.302.0087.2.325

12.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

### 13 – DA LIQUIDAÇÃO

13.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

### 14 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

14.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

14.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

14.1.3. FGTS;

14.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa;

14.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa

14.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

14.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

14.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

### 15 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

15.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal,

estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

15.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

## 16 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 16.1. Caberá à Contratante:

16.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

16.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

16.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

16.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

16.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 17- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

17.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 14.1.1 a 14.1.6;

17.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

17.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 05 dias úteis dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

17.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

17.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

17.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

17.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

#### 18- MEDIDAS ACAUTELADORAS

18.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### 19- DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### 20- DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 21- DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

21.1. A Contratada deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19/01/2010.

## 22-DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

22.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

22.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

**Maristela Tiellet – Matrícula 299.249 – Fiscal Titular**

**Ana Carolina Folly Pinheiro – Matrícula 211. 5226– Fiscal Substituto**

22.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

22.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

22.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

22.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

### 23-DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

23.1. O presente documento foi elaborado pela servidora abaixo consoante requisição enviada pelo Requisitante, cabendo tão somente a subscritora a elaboração do presente Termo uma vez que não possuem conhecimento técnico sobre a especificidade dos itens a serem adquiridos nos autos sendo tal ônus da Unidade Requisitante.

### 24 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

24.1 – Comete infração administrativa:

24.1.1 – Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2 – Apresentar documentação falsa;

24.1.3 – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.4 – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.5 – Não mantiver a proposta;

24.1.6 – Cometer fraude fiscal;

24.1.7 – comportar-se de modo inidôneo;



24.2 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.3 – O licitante/adjudicatário que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem anterior, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

24.3.1 – Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

24.3.2 – impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

24.4 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

24.5 – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

24.6 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## 25 - DA RESCISÃO

25.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

25.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

25.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

25.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

25.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## 26 - DO FORO

26.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo, 26 de março de 2021

Rafael Durans Barros  
Secretaria de Saúde  
Mat. 62.203

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária de Saúde  
Matrícula: 106.137